



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

O ESTÁGIO CURRICULAR DE PROFESSORES: UM MOMENTO PARA AQUISIÇÃO DE NOVAS HABILIDADES SOCIAIS DOS FUTUROS PROFESSORES.

Emi Ichiy¹; Jéssica Viera de Lima², Jéssica Aparecida Souto da Silva³; Ronald Ferreira de Oliveira⁴.

UFGD/FCH – Caixa Postal 533, 79.804-970 – Dourados – MS, Email: emiichiy@hotmail.com

¹ Acadêmica do décimo semestre do curso de Psicologia da UFGD; ² Acadêmica do décimo semestre do curso de psicologia da UFGD, ³ Acadêmica do décimo semestre do curso de psicologia da UFGD, ⁴ Acadêmico do décimo semestre do curso de psicologia da UFGD.

RESUMO

O presente artigo pretende abordar sobre o estágio curricular de formação de professores, perpassando pela historia da docência no Brasil e seu viés religioso o qual era totalmente controlado pela igreja, chegando com a reforma industrial a laicalização do ensino, e a dificuldade de obter profissionais com devida formação. Após as dificuldades enfrentadas o ensino público que era para ser um lugar democrático acabou sendo um local excludente, após o movimento populista tornou-se um ensino no modelo tecnicista, na qual via se a aluno apenas como um mero receptáculo de conhecimento e o professor como aquele que encheria esse recipiente vazio, de saber. Após essas crises viu-se necessário formar bons profissionais, mas novamente há uma dificuldade, pois como romper com a dicotomia do saber e saber fazer, faz-se necessário uma estratégia que consigo lidar com isso, trazendo a tona o estágio curricular para a grade acadêmicas do curso de licenciatura, sendo este o momento ideal para aquisição e aperfeiçoamento das habilidades sociais dos futuros professores, para otimizar suas estratégias em sala de aula.

Palavras-chave: Estágio curricular, Habilidades sociais, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O momento de estágio é de grande importância acadêmica, é o momento em que os alunos podem conhecer o ambiente em que irão atuar, além de permitir a utilização de instrumentos teóricos e de métodos para a atuação como um futuro professor. Para a formação de um bom docente, se faz necessário essa articulação entre teoria e prática. “É a partir da prática que os licenciados poderão, diante do novo, revisar e agregar outros sentidos aos aprendidos na teoria, sendo esta ação chamada por Andrade (2006) de ‘reorquestração dos saberes’”. (ROSA, Jeâni Kelle Landre. Et. Al. 2012).

O estágio curricular supervisionado tem como característica a intervenção prática na escola, é um momento que permite aos alunos a apropriação de instrumentos teóricos e de metodologias para a atuação no ambiente escolar. De posse do conhecimento específico o estágio traduz-se como o momento do aluno tentar compreender o sistema de ensino, as políticas educacionais, a escola e os sujeitos com os quais irá desenvolver/construir processos de aprendizagem. (KRUG, 2008 apud CARDOZO, Luciana Pereira. PINTO, Dra. Maria das Graças. 2010).

Segundo Rosa (2012), dois esquemas fundamentam a relação entre teoria e prática: a visão dicotômica e a visão de unidade. A primeira visão acredita na autonomia de uma em relação à outra. Já a visão de unidade as vê como práxis, componentes indissolúveis. Contudo, a docência nos leva ao conceito de práxis, que segundo Paulo Freire (1983) apud Rosa (2012), corresponde à ação e reflexão dos homens sobre o mundo a fim de transformá-lo. Porém existem cursos de licenciatura que mantêm a visão dicotômica em relação ao conhecimento teórico e prático no cotidiano escolar.

A formação docente trata de um conhecimento pessoal e não sistemático. Por esse motivo, a prática se torna essencial, pois somente ela conduz necessariamente à criação de um conhecimento específico e ligado à ação (GARCIA, 1992). Portanto, a função da prática, segundo Freire (1983), é a de agir sobre o homem para transformá-lo. Nesta perspectiva, o estágio nos cursos de formação de professores é de grande relevância, pois, sem dúvida, é o espaço de conciliação entre as disciplinas fundamentalmente específicas do curso e as pedagógicas. (ROSA, Jeâni Kelle Landre. Et. Al. 2012).

Por ser assim, o estágio de formação de professores também é um momento de grande aprendizagem, tanto na questão prática e metodológica, quanto na aquisição de novas

habilidades sociais que se dão justamente no meio em que se convive, no caso o ambiente escolar. Sabe-se que as relações interpessoais são de grande importância para o desenvolvimento e rendimento no trabalho, pois sabendo se relacionar adequadamente o estagiário se sente pertencente ao grupo e assim trabalha com mais ânimo e motivação, tendo por consequência o sucesso em sua atividade. Diante tal discussão podemos dizer que é através do Estágio de Formação de Professores, que o acadêmico encontra métodos e formas peculiares para consequentemente se tornar um profissional completo dentro da sala de aula.

Trabalhar todas suas especificidades é trazer a tona um momento de aperfeiçoamento e aprendizado que será bastante relevante na carreira docente e também como experiência pessoal e profissional.

O que mais implica nesse momento de formação, é trazer a possibilidade de buscar maiores formas de dinamismo e criatividade do professor, buscando aprimorar-se e encontrar uma forma com que se identifique no ambiente escolar.

E é através do Estágio de Formação de Professores que essas características começam a surgir, trabalhar uma forma mais direta, que juntamente com toda a experiência teórica e prática, formará um profissional mais completo e preparado para a docência.

DOCÊNCIA NO BRASIL

A docência no Brasil teve início com a catequização dos índios, o ensino consistia em propagar aos indígenas a fé católica, para essa tarefa a colônia portuguesa incumbiu os jesuítas, desta forma estes foram os primeiros professores que o Brasil conheceu. A educação ficou a encargo dos jesuítas que ensinavam e disciplinavam a elite de maneira transmitir o conhecimento aristocrático, enquanto aos índios ficava apenas o dever de catequiza-los, pois, esses não serviam para outra coisa.

Segundo Horikawa e Jardimino (2010) durante muito tempo essa transmissão de saberes era feita de maneira oral e sem fins realmente didáticos, mas após a reforma protestante, que ao obrigar a leitura da bíblia forçou os jesuítas a alfabetizarem, como uma maneira de propagação da fé. O ensino ocorria de maneira rígida e com fortes tendências humanistas.

Os regentes que atuavam nos colégios jesuíticos, formados pela própria igreja, em ambiente de intenso rigor, possuíam forte inclinação humanista, voltada para a educação do homem político, que domina a eloquência e o mundo da literatura, da política e do judiciário. Como humanistas, os regentes reconheciam a norma soberana dos valores estéticos e éticos. Como

religiosos, defendiam a fé católica e assumiam a tarefa de difundi-la. O corpo docente dos colégios, especializado e dedicado exclusivamente aos estudos e ao ensino, tinha o trabalho severamente acompanhado pela igreja. Os alunos, distribuídos em classes seriadas, estudavam as minúcias formais da cultura, programadas num currículo que considerava o método escolástico e o estudo da gramática, de humanidades e de retórica. (HORIKAWA & JARDILINO, 2010)

Segundo Varela (1994) apud Horikawa e Jardimino (2010) os moldes jesuítas são utilizados até os dias atuais, pois eles que conceberam a maquinaria escolar que ajudou a *“dotar as crianças de um estatuto especial, como também influenciou a organização das instituições escolares das épocas posteriores, incluindo, as universidades”* (HORIKAWA & JARDILINO, 2010).

Com a chegada modernização a escolarização ganha uma nova roupagem, a partir de agora a escola deve ser laica e a educação está a encargo do Estado, isto ocorre devido a grande força que a Revolução Industrial, rompendo-se com a perspectiva religiosa. Estas novas tendências forçam o Estado a tomar para si a escola, pois agora é necessária a produção e reprodução da cultura de maneira que ocorra mais ou menos homogênea. *“O empreendimento da escolarização em massa associa-se à concepção de uma escola como uma instituição capaz não só de instruir e educar a infância e a juventude, mas de instituir um país ordeiro, progressista e civilizado”* (HORIKAWA & JARDILINO, 2010).

Com uma nova organização instalada o Estado agora tem o papel de moralizador e civilizador da população, tendo que criar políticas educacionais, todas palpadas segundo Horikawa e Jardimino (2010) no modelo liberalista, pois se antes o ser humano fadado ao determinismo de seu nascimento, agora este é “livre” para mudar de posição desde que o conquista através de seus próprios esforços. Bem aqueles que não conseguem chegar lá são culpados pelos seus fracasso, seja por deficiências físicas, seja por falta de intelecto.

Depara-se nessa situação com um pequeno embate, o Estado agora está encarregado da escola e a igreja não tem mais participação na escolarização, porém ao longo de quase três séculos foram os jesuítas que exerciam o papel de transmissor de conhecimento, desta forma a nação se via sem profissionais para exercer tal função. Com falta de verba e tempo o estado acabou por contratar aqueles que haviam sido formados por jesuítas, mas, estes tinham ainda tendências religiosas, desta maneira para resolver este impasse o estado cria uma cartilha.

A metrópole expediu uma cartilha e um manual de ensino da gramática latina elementar e das primeiras etapas da alfabetização silábica - o método previa o ensino do alfabeto, passando às sílabas simples, depois às de três letras, para então, chegar às palavras -, para orientar os professores improvisados. Instituíam-se as aulas régias, isoladas de qualquer currículo que garantisse organicidade ao ensino, e o ensino individual, em que o professor dedicava-se ao aprendizado de um único aluno por vez, enquanto os demais ficavam ociosos. (HORIKAWA & JARDILINO, 2010)

Neste contexto os profissionais de ensino que são sucateados e não tem formação para exercer o papel de professor, acabavam por não se sentirem motivados para aprimorar seus métodos de ensino já que eram mal remunerados. As instalações da época não ajudavam apresentavam-se precárias, sem mobília, sem materiais didáticos e sem livros.

Com a formação da primeira república preocupa-se mais com a educação pública.

[...]o Estado com uma performance moderna, desenvolvida e civilizada. Instituiu-se, finalmente, depois de duas tentativas fracassadas no período do império, a Escola Normal, incumbida de formar os professores primários que, nas escolas urbanas e rurais, empreenderiam a tarefa de formar os pequenos cidadãos da nação republicana. A despeito da universalização da idéia de uma rede de ensino primário, universal, público, gratuito e laico, observou-se nessas escolas de formação de professores uma orientação profundamente elitista, de influência francesa (HORIKAWA & JARDILINO, 2010)

A Escola Nova ficou marcada por belos prédios que acabaram sendo frequentados por belas moças que na maioria das vezes eram filhos de fazendeiros, os professores deste momento, eram eruditos e tinham um conhecimento literário vasto, tinham em seu currículo outras línguas, a escola pública é almejada pela elite. O local que era para se disseminar conhecimento para toda a população passa atingir novamente somente a camada mais alta do país e o estado novamente fracassa na sua tentativa de democratizar o ensino.

Iniciou-se um movimento segundo Horikawa e Jardimino (2010) denominado populismo, que instigou e pressionou o governo, por uma educação realmente democratizada, começou-se a criar vários cursos de pedagogia, desde diurnos e noturnos, porém a habilitação que esses cursos ofereciam era questionável, criou se profissionais meramente técnicos, totalmente despreparados para um ensino crítico e criativo, que é exatamente o que leva a um aprendizado mais autônomo, para os mesmo criou uma “engenharia pedagógica”.

A respeito dessa formação, Kincheloe (1993) afirma que, sob sua influência, o professor transforma-se em mero seguidor de regras, leitor de manuais didáticos, e são desencorajados a se engajarem em atos interpretativos que permitiriam uma visão crítica da educação, considerando a relação entre escola e sociedade, poder e ensino, conhecimento e transformação social. (HORIKAWA & JARDILINO, 2010)

É neste cenário caótico que fez nascer o professor, que foi do mero ensino religioso, a professores despreparados, permeou pela elite erudita, até chegar em uma mera função técnica, desta forma o próximo tópico visa trabalhar com a preocupação em se formar profissionais qualificados para exercer função tão importante, que é ser o mediador do conhecimento dentro da escola. Estará em pauta o estágio supervisionado de formação de professores.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Devido ao fracasso da tentativa de democratização do ensino, viu-se necessário modificar esses técnicos em ensinar, e começar a se pensar em uma pedagogia que vise não mais a mera reprodução do conteúdo, no qual os alunos se acreditavam que o aluno era apenas um depositário de todo o conhecimento que só professor detinha. Uma nova visão é criada e o aluno é construtor do conhecimento junto com o professor, o mestre agora é um mediador do conhecimento.

Dessa forma, para que a atitude reflexiva se estabeleça, o professor precisa desenvolver algumas características, tais como: não se ver como detentor de um saber acabado, permitindo-se aprender constantemente; compreender que os modelos são construídos em conjunto; lidar com as dúvidas e incertezas como parte do processo de aprendizagem, compartilhando os saberes e fazeres da prática pedagógica. (NEUENFELDT, s/d)

Porém segundo Neuenfeldt (s/d) toda essa transformação trás impasses na universidade e na sua maneira de lidar com os alunos, pois agora o professor e o aluno caminham para autonomia do conhecimento. Porém as universidades não estão totalmente preparadas pois, o que se vê é que a prática da pesquisa (pelo *status* que pesquisar tem dentro do mundo acadêmico) é a mais praticada dentro do meio, fazendo com que muitos professores deixem um pouco de lado o aprimoramento da docência.

Segundo Neuenfeldt (s/d) a maior parte do corpo docente das instituições de ensino superior, são formados para cursos de pós-graduação na qual se prioriza a pesquisa, Vasconcelos e Amorim (s/d) dizem que não só pesquisa mas também a valorização das titulações de cada profissional em detrimento as qualificações pedagógicas e interpessoais. Em geral segundo Vasconcelos e Amorim (s/d) o que se são professores que ingressam na docência do ensino superior sem nenhuma formação pedagógica, carentes dos conhecimentos necessários que casam a teoria e a prática, na maioria das vezes esse professores tem apenas como referencial seus antigos professores que muitas vezes também foram moldados nas antigas linhas tecnicistas, do qual o professor era o detento do saber, e os alunos meros receptáculos do conhecimentos que o professor poderia transmitir.

O estágio curricular vem com a proposta de fazer com que os novos profissionais da educação possam contextualizar o ensino, ou seja, conseguir enxergar em prática aquilo que se aprende em teoria, segundo Marran (s/d) em 1996 que se vê despontar algo que embasa o atual estágio curricular, porém somente em 2008 que se concretiza uma lei que efetiva o estágio como um obrigatório no currículo do ensino superior.

Somente em 25 de setembro de 2008 é aprovada a nova Lei de estágio n. 11.788 que alterou a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e n. 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Esta Lei traz como objetivo do Estágio Curricular Supervisionado a preparação para o trabalho produtivo dos acadêmicos, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular. A sua previsão deve constar nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e integrar o itinerário formativo do educando, portanto, numa provocação ou busca da instrumentalização do educando em quaisquer modalidades, etapas ou níveis. (MARRAN, s/d)

O estágio é “[...] *locus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativo e sistematicamente com essa finalidade [...]*” (BURIOLLA, 2009, p.13, apud MARRAN,s/d). É no estágio curricular que aluno tem a possibilidade entender o saber e o saber fazer, Marran (s/d) afirma que não é somente um momento em que

se aprende um punhado de técnicas e métodos, mas sim, do aprendizado necessário para uma promoção da qualidade da intervenção.

Segundo Skinner (1995) nas instituições de ensino tendemos a aprender por descrições de contingências, na qual explicamos verbalmente o que se deve fazer, tonando este comportamento dominado por regra.

“Considere um exemplo simples. Ocasionalmente uma porta pode ser aberta simplesmente empurrando-a para o lado. Talvez tenhamos descoberto isso empurrando-a quando não abria de outras formas. [...]Então vemos uma amiga empurrando e puxando a porta, dizemos a ela “Empurre-a para o lado”. Ao atuar dessa maneira nós especificamos uma ação e exemplificamos uma consequência reforçadora. Ou então dizemos: “A porta abre quando você a empurra para o lado”, e estaremos descrevendo as contingências de modo mais completo” (Skinner, 1995, p.120)

Desta maneira um comportamento que é dominado por regra, quando executado da maneira que se foi explicado passa a ser modelado pela contingência de reforço, e o momento do estágio supervisionado acaba sendo a ocasião para que este os ensinamentos teóricos, vejam praticados e aprendidos.

[...]como enfatiza Freire (2001) o estágio valoriza os processos de desenvolvimento pessoal e cognitivo das pessoas envolvidas na relação de ensino e de aprendizagem, considerando fundamental formar um profissional coerente com a totalidade da práxis vivenciada de seu campo de conhecimento. Consequentemente a ideia de trabalho produtivo atende as demandas e necessidades do campo de conhecimento, ao mesmo tempo em que emancipa o sujeito e o coloca como protagonista nas escolhas históricas de sua inserção, logo, para o mundo do trabalho e das possibilidades de sua reconstrução. (MARRAN, s/d)

O que se percebe no mundo acadêmico é que a formação tem se voltado cada vez mais para o a academia se distanciando do contexto escolar, por isso o estágio é a ocasião em os discentes podem e devem entrar em contato com a escola e entender e aproveitar dos saberes que cercam os professores dentro do âmbito escolar, olhando criticamente não somente a prática dos professores do ensino básico, mas também dos seus próprios mestres, caminhando sempre para ações cada vez mais autônomas.

O ESTÁGIO E O TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS

A questão que se levanta é que o estágio curricular de formação de professor tem a haver o treinamento de habilidades sociais? Primeiramente precisa-se esclarecer o que é habilidades sociais. Para Bolsoni-Silva (2002) não há um consenso na definição de habilidades sociais, porém em geral se utiliza para designar um conjunto de capacidades comportamentais aprendidas que envolvem interações sociais. Portanto como dito anteriormente o estágio permite que discentes transformem seu saber em saber fazer, e esse saber fazer a atuação do professor em sala de aula nada mais é que um momento de interação social, que exige do profissional que ele seja habilidoso socialmente pelo menos em alguns aspectos.

Del Prette e Del Prette (2010) baseiam-se no modelo assertivo, a assertividade consiste em conseguir expressar pensamentos, sentimentos e crenças de maneira a não ferir o dos outros, sendo que o não assertivo e o agressivo é o oposto deste, o não assertivo ou passivo é o indivíduo que não consegue expressar seus sentimentos e pensamento, enquanto o agressivo é capaz de expressar, porém, de maneira inapropriada. Sendo que o ideal são os indivíduos que apresentem um predomínio os comportamentos assertivos. Desta maneira o estágio de formação é ideal para “treinar” essa assertividade.

Trabalhar a questão da assertividade em sala de aula permite ao professor expressar para os alunos, a melhor forma de se impor diante uma situação específica de forma com que consiga se expressar, mas também garantir da mesma forma o direito e a liberdade do outro.

Segundo Del Prette (2010) existe uma habilidade importante para o docente que o ato de “fazer perguntas”, fazer perguntas se torna importante, pois ao fazer de maneira correta você pode encorajar que os alunos respondam as questões e instigue a curiosidade, assim como não dar o tempo correto para a resposta pode inibir que o aluno a responda.

No caso do professor, por exemplo, permite desafiar a curiosidade e o raciocínio dos alunos além de encoraja-los a se expressarem. A efetividade de uma atividade e a qualidade do discurso do professor depende muito do tipo de perguntas feitas, sua frequência e sequência, bem como das pausas de espera pela resposta. Pode-se argumentar, por outro lado, que a habilidade de fazer perguntas depende, em ampla medida, da discriminação dos diferentes tipos de pergunta (quanto a função, forma e conteúdo) e da habilidade de emprega-las adequadamente, selecionando-as de acordo com as condições gerais e objetivos da interação. (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2010 p. 59).

Em estudos Del Prette e Del Prette (1997) apud Del Prette e Del Prette (2010) concluíram que muitos professores faziam perguntas porém não esperavam a resposta, e que na maioria das vezes faziam perguntas complexas demais para seus alunos.

O estagio, então, permite que o futuro profissional da educação observe de maneira prática como fazer estas perguntas, de maneira a facilitar a relação de aluno e professor.

Embora Del Prette e Del Prette (2010) mencionam somente esta habilidade em seu livro, pode-se perceber que ao longo do estágio o aluno futuro professor pode adquirir outras habilidades, tais como “solicitar mudanças de comportamento”, “lidar com críticas”, “dar e receber *feedback*”, a duração e a latência em sua fala e regulação de sua fala (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2010), que são aspectos que podem ser modelados ao longo do estágio supervisionado, a partir da prática, pois embora se saiba da importância de cada um desses componentes, muitos são dominados pelo que Skinner (1995) diz que são comportamentos dominados por regras. O estágio acaba sendo um local para se aprender esses componentes importantes para a prática de um professor, pois, percebe-se que embora um professor que tenha excelente domínio de conteúdo carecendo desses pequenos componentes pode empobrecer sua aula. É diante dessa perspectiva que o Estágio se torna tão importante e necessário, pois prepara o profissional de forma integral, desde a sua formação docente, até o momento em que está diretamente na escola como professor, e estar se renovando e buscando novas estratégias no ambiente escolar.

Podemos identificar que para a formação docente, o professor se atenta diante algumas qualificações que irão proporcionar maior valorização em seu currículo, mas também é importante observar a importância de um professor que se utilize de métodos que valorizem as relações interpessoais, a relação professor-aluno, que vai além dessas qualificações e busquem um maior aprendizado dos alunos, mas também do professor que encontrará sempre formas novas e criativas no ambiente escolar.

Então, podemos dizer que é no Estágio de Formação de Professores que o professor busca compreender que a docência não é constituída apenas de características técnicas, mas também relacionadas a atuação direta do professor e sua experiência que será obtida durante toda sua trajetória docente.

A relação entre professor-aluno deve ser constituída em torno de vários aspectos, levando em conta principalmente as estratégias utilizadas pelo professor diante seus alunos e como esse ensino-aprendizado é passado pelos alunos.

Em questão, a experiência é uma das formas práticas para tornar a docência mais eficaz e significativa tanto relacionada ao ensino-aprendizagem, quanto para a relação do

professor-aluno no ambiente escolar, também levando em conta a relação do acadêmico com a prática docente dentro das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a formação acadêmica necessita da ciência provada em teorias, pois o conhecimento teórico é essencial para o desenvolvimento do futuro profissional, levando em consideração que uma boa formação também se deve à articulação da teoria com a prática, já que a academia é o espaço de conhecimento em todos os sentidos.

O estágio curricular de formação de professores é um momento de extrema importância na formação do futuro professor, pois para muitos acadêmicos dos cursos de licenciatura este pode ser a única ocasião que se pode colocar em prática todo seu conhecimento teórico, além de permitir um contato direto com o ambiente escolar. Pois embora todos já o tenham passado por este ambiente, não o faziam com todo o conhecimento que possuem após a entrada na academia.

Sendo um momento de aprendizagem tão definidor para a prática do futuro professor, se torna um período ideal para aquisição de novas habilidades sociais e aprimoramentos das mesmas, pois a interação do aluno e professor é definidor no processo de ensino e aprendizagem.

Saber-se expressar é de extrema importância para o professor, então o estágio é um momento de modelar o novo profissional, não somente no quesito de fundamentação teórica mas também em como dar sua aula, é fundamental saber relacionar-se em aula, para otimizar e torna o momento de aprendizagem agradável. As habilidades sociais podem dar ao futuro professor a saída para o ensino tecnicista e ajuda-lo a entender melhor a dinâmica de sua sala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEL PRETTE, Zilda A.P.; DEL PRETTE, Almir. PSICOLOGIA DA HABILIDADES SOCIAIS: TERAPIA, EDUCAÇÃO TRABALHO. 7º edi. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2010

SKINNER, Burrhus F., QUESTÕES RECENTES NA ANÁLISE COMPORTAMENTAL. cap. Escola do Futuro, p.117 a 131. Trad. Anita Liberalesso Neri; 2º edição; Campinas –SP; editora Papirus, 1995.

BOLSONI-SILVA, Alessandra T. HABILIDADES SOCIAIS: BREVE ANÁLISE DA TEORIA E DA PRÁTICA À LUZ DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Interação em Psicologia*, 6(2) p. 233-242, 2002.

HORIKAWA, Alice Yoko; JARDILINO, José Lima. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O LIVRO DIDÁTICO: AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS SABERES ESCOLARES. *Revista Lusófona de Educação*. N15 p. 147-162, 2010.

NEUENFELDT, Manuéli Cerolini. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA ORIENTADA. *PPGE/CE/UFSM*, s/d.

VASCONCELOS, Marilúcia Correia; AMORIM, Delza Cristina Guedes. A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO PEDAGÓGICA, s/d.

MARRAN, Ana Lúcia. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: ALGUMAS REFLEXÕES, s/d.